

**GT13 - Elites e Espaços de Poder**

Coordenação: Ernesto Seidl (UFSC), Adriano Nervo Codato (UFPR)

**Yasuana yamaramunha se anamaitá** (Vamos lutar, parentes):  
*as candidaturas indígenas nas eleições de 2014*

Tiemi Lobato (Antropologia/UFPR)

Adriano Codato (Ciência Política/UFPR)

Andréa Oliveira Castro (Antropologia/UFPR)

**Yasuana yamaramunha se anamaitá (Vamos lutar, parentes):** as candidaturas indígenas nas eleições de 2014

### **Resumo**

Em 2014 o TSE utilizou, pela primeira vez, o critério “cor/raça” para fazer o registro dos candidatos aos cargos de Deputado (a) Estadual, Deputado (a) Federal, Governador (a), Senador (a) e Presidente da República. Em um universo total de 21.838 candidaturas válidas (reunindo brancos, negros, pardos, amarelos e indígenas), houve o registro de 74 indígenas. O objetivo deste paper é explicar o sentido da sociografia característica desse grupo de candidatos, ressaltando seus atributos pessoais/sociais e políticos/partidários.

**Tiemi Lobato** é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná e Mestre em Antropologia Social pela mesma instituição (2013). Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU/USP), do Núcleo de Antropologia do Estado e Relações de Mercado da UFPR (NAPER/UFPR) e Núcleo de Estudos Ameríndios também da UFPR (NEA/UFPR). Tem experiência em pesquisas interdisciplinares com ênfase na área de Antropologia do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: Antropologia urbana, Antropologia do Estado, administração pública e políticas públicas.

**Adriano Codato** é um dos coordenadores do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná. Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na UFPR. É membro titular de Flacso Espanha e realiza estágio de pós-doutorado no *Centre européen de sociologie et de science politique de la Sorbonne* (CESSP-Paris). Atualmente, dedica-se ao estudo dos processos de recrutamento da classe política brasileira e coordena o Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>).

**Andréa Castro** possui graduação em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (1984), mestrado em Antropologia Social pelo Museu Nacional-UFRJ (1994). É doutoranda na Universidade Federal de Juiz de Fora. Participa do grupo de pesquisa CNPq Antropologia das Fronteiras Conceituais da UFJF. Professora assistente da Universidade Federal do Paraná na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atua principalmente nos seguintes temas: etnologia indígena, parentesco, noção de pessoa.

## **Yasuana yamaramunha se anamaitá (Vamos lutar, parentes):**

### As candidaturas indígenas nas eleições de 2014

A frase que dá título a este trabalho é de Fidelis Baniwa, candidato indígena ao cargo de Deputado Estadual no Amazonas pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 2014, mais de 21 mil candidatos se inscreveram para concorrer às eleições nacionais e 73 indígenas disputaram os cargos políticos disponíveis: 48 concorreram a Deputado Estadual, dois a Deputado Distrital, 19 a Deputado Federal, dois a Senador, um a vice-governador no estado da Bahia, além de um candidato como segundo suplente de senador em São Paulo. Apenas um foi eleito por quociente partidário: Nunes, pelo PT do Espírito Santo.

A autodeclaração de “cor/raça” foi pela primeira vez exigida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no momento do registro das candidaturas, o que permite o mapeamento, ainda que problemático, da presença dos candidatos indígenas nas diferentes regiões do Brasil, seus níveis de instrução, tipos de ocupação, faixas de idade, situação civil e filiações político-partidárias. Ainda que represente a menor porcentagem em relação às demais categorias de “cor/raça” (apenas 0,3% do universo), a presença indígena nas eleições nacionais pode, pela primeira vez, ser estimada<sup>1</sup>.

O trabalho sistematiza os dados a respeito dos candidatos indígena na política eleitoral em 2014. Esse engajamento político responde a diferentes necessidades, podendo resultar de anos de mobilização política indígena e indigenista ou ser motivado por interesses individuais alheios aos das comunidades indígenas. De toda forma, essas 73 candidaturas são expressão de uma vontade de participação que têm se desdobrado não apenas na política partidária, mas também em organizações e associações indígenas e na ocupação de cargos da administração pública brasileira<sup>2</sup>. Logo, a candidatura a cargos políticos eletivos é apenas parte de um quadro bem mais amplo do que se poderia considerar como a “política indígena”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Os percentuais dos candidatos por cor são os seguintes: amarela 0,5; branca 55,7; parda 34,5; preta 9,1. Taxas calculadas por nós a partir das informações oficiais do TSE.

<sup>2</sup> Entre os autores que abordaram essa questão podemos citar (Carneiro da Cunha 1985; Ramos 1999; Souza Lima 2005; Costa 2013).

<sup>3</sup> Vale lembrar que a “política indígena” a qual fazemos referência constitui a política produzida no interior de associações indígenas, órgãos de estado, organizações não-governamentais, partidos políticos, entre outros, pelos próprios indígenas(e para eles) enquanto agentes dentro dessas instituições. Por outro lado por “política indigenista” entende-se aquela política voltada aos indígenas, produzida por funcionários majoritariamente não indígenas, e que ocorre geralmente no interior de órgãos de Estado.

Olhar para os candidatos indígenas parece ser um tema de estudo promissor. O dado sobre cor de pele abre grandes possibilidades para a pesquisa sociológica da política, como, por exemplo, análises sobre construção de estereótipos por parte de eleitores e se isso influencia ou não na decisão do voto. Investigação recente nos EUA sobre mulheres contra homens na corrida eleitoral para a Câmara dos Deputados mostrou que, em geral, os estereótipos não são centrais nas avaliações dos candidatos e nas decisões de voto, mas sim o partido político do candidato mulher (Dolan 2014).

Estudos sobre a cor da pele de políticos e candidatos são ainda muito incipientes<sup>4</sup> e toda a literatura nacional sobre minorias na política está concentrada na análise das chances eleitorais das mulheres (Araújo & Borges 2013; Araújo & Alves 2007) ou nos *handicaps* sociais das candidaturas femininas (Speck & Sacchet 2010). A Ciência Política dos Estados Unidos tem muitos estudos sobre afro-americanos na política (Fenno 2003; Grose 2011; Whitby 2000 por exemplo), como a própria recensão bibliográfica de Minta demonstra (Minta 2012), e mesmo sobre “latinos” (Minta 2009; Casellas 2010), mas é difícil encontrar pesquisas sobre “native americans”. Stubben, no Prefácio ao seu *Native Americans and Political Participation*, afirmou: “As we enter the twenty-first century, not one article about Native Americans has been published in the most prestigious journals of political science, such as the *American Journal of Political Science*, *American Political Science Review*, or *Journal of Political Science*. This apparent lack of interest is especially distressing since during the 1990’s the number of articles on African Americans, Asian Americans, Hispanics, and women in these and other major political journals has increased dramatically” (Stubben 2006)<sup>5</sup>.

O objetivo deste paper é examinar algumas características dos candidatos indígenas no Brasil e seguir alguns deles através de suas campanhas em 2014, ressaltando seus atributos pessoais/sociais e políticos/partidários em comparação com o universo mais amplo de competidores. Esse não é um estudo clássico sobre as chances eleitorais desse contingente, mas uma radiografia do perfil desse subgrupo de candidatos e um comentário dos seus dados a partir de uma série de informações contextuais.

O trabalho está separado em cinco partes. Na primeira, nos antecipamos às objeções usuais contra o uso do critério de autodeclaração e explicamos como construímos o banco

---

<sup>4</sup> Possivelmente a maior parte dos estudos sobre negros na política eleitoral se resume a algumas poucas referências: (Campos & Machado 2015; Meneguello et al. 2012; Bolognesi et al. 2016; União de Negros Pela Igualdade - UNENGRO 2011; Dantas & Roeder 2015; Oliveira 1991; Johnson III 2000; Johnson III 1998).

<sup>5</sup> Citado a partir de (Gilio n.d.). Aparentemente o estudo de maior fôlego sobre essa questão apareceu muito recentemente. Ver (Wilkins & Stark 2011).

de dados da pesquisa. Na segunda parte, resumimos os pouquíssimos estudos sobre esse tema hoje disponíveis. A terceira e a quarta partes apresentam e propõem uma interpretação das informações políticas e dos atributos sociais desses candidatos. A quinta parte, enfim, destaca o perfil político-biográfico de três candidatos derrotados em 2014 e do único vitorioso.

## 1. Materiais e métodos

Para operacionalizar as análises, utilizamos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para candidatos e eleitos em 2014 compilados pelo *Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). As informações contidas no “Repositório de Dados Eleitorais” do TSE são fornecidas pelos próprios candidatos através do CandEx, o sistema de registro de candidaturas adotado pelo órgão eleitoral brasileiro. Isso poderia produzir um típico problema de confiabilidade, especialmente quando se trata de assumir e confessar a cor da pele.

A autodeclaração de cor é bastante polêmica – especialmente no tocante às ações afirmativas – justamente por não haver um consenso a respeito do tema<sup>6</sup>. Como se sabe, a questão da hetero ou autodeclaração de raça pode responder a dois critérios: aparência ou ascendência. No Brasil, os processos de autodeclaração são preponderantemente feitos com bases fenotípicas, isto é, aparência. Contudo, ao longo da história dos censos no país, as duas variáveis, ao que parece, foram combinadas de maneiras diversas (Cf. Nogueira, 1998; Piza e Rosemberg, 2003) existindo um critério do Estado, por um lado, e o da população por outro, mas nem sempre compatíveis. Contudo, como ressalta Souza Lima, a declaração por cor ou raça visa muito mais os segmentos negros ou brancos, pois que no caso dos indígenas, a auto-identificação entre os povos se dá pela etnia (Souza Lima, 2007). Se no caso de brancos e negros estamos diante de uma escala cromática, no caso dos indígenas a referência é ao pertencimento a uma ordem social diferenciada, ou seja, à etnicidade. Assim, “ser indígena” é uma questão que os próprios indígenas discutem. Existe a possibilidade de candidatos não indígenas, ou não reconhecidos como tais pelas suas comunidades de origem, terem se declarado indígenas. Por outro lado, candidatos que poderiam ter se dito indígenas, talvez tenham optado ou se vejam como pertencentes a outra categoria: “pardo”, por exemplo. Até 2004, quando o Brasil se torna signatário da Convenção 169 da

---

<sup>6</sup> Para uma discussão útil sobre esse ponto, ver (Campos & Machado 2015, pp.123–126).

Organização Internacional do Trabalho, quem dizia quem era índio ou não era a FUNAI. E, nesse processo, o próprio órgão “desindianizou” centenas, e até mesmo etnias inteiras, alegando critérios de identidade pautados não na aceção de cada grupo, mas naqueles dados pela sociedade nacional. A autodeclaração é, assim, uma possibilidade de exercício recente para os grupos em questão, o que pode gerar dúvidas na hora da identificação.

O tipo de dado com que trabalhamos aqui não permite captar essa ambiguidade. Esse foi o caso de Telmário Mota, eleito senador pelo PDT de Roraima e anunciado pela mídia do partido como indígena em uma reportagem sobre sua vitória: “Telmário Mota, um Macuxi não foge à luta”<sup>7</sup>. No entanto, de acordo com a sua ficha de candidatura no TSE, Telmário, um ex-vereador de Boa Vista, se apresentou às eleições como pardo<sup>8</sup>. Paulo Guedes, deputado estadual eleito pelo PT de Minas Gerais, constava em outubro no Sistema de divulgação de candidaturas do TSE como indígena. Hoje consta como pardo.

Como se trata de um  $N$  de 21.838 indivíduos (o universo dos candidatos a deputado federal, estadual, distrital, senador e suplentes, presidente e governador), assumimos que as imprecisões que poderiam haver nesses dados têm variância normalmente distribuída, o que torna o problema da confiabilidade contornável do ponto de vista estatístico.

De toda forma, devemos olhar para os números divulgados pelo TSE a partir de uma perspectiva que nem simplifique o contexto de sua produção, nem que duvide da idoneidade das declarações, mas que leve em conta o fato de que esses registros foram produzidos a partir de critérios muito diferentes de pertencimento e, no limite, individuais. Foi o próprio indivíduo quem decidiu sua identidade étnica e como iria apresentá-la à burocracia eleitoral. São com esses números oficiais que trabalharemos, pois não há outros. Além disso, como o TSE não realizava o registro das candidaturas utilizando o critério de “cor/raça” até 2014, não temos como comparar esse universo com algum outro.

Os dados foram processados pelo pacote estatístico *IBM SPSS Statistics version 21*. As demais informações com as quais trabalhamos foram obtidas em entrevistas com os candidatos Telmário Mota, via e-mail; e José Nunes, Fidelis Baniwa e Manoel Kaxinawá, via telefone. As entrevistas com Fidelis Baniwa e Manoel Kaxinawá foram realizadas nos dias

---

<sup>7</sup> <http://pdt.org.br/index.php/noticias/senador-telmario-mota-um-macuxi-nao-foge-a-luta> . Acesso em: 27/01/2015.

<sup>8</sup> <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas> . Acesso em: 27/01/2015.

cinco e dez de novembro de 2014, e com Telmário Mota, e José Nunes nos dias 25 e 28 de setembro de 2015.

## **2. Os indígenas brasileiros e as eleições**

A participação indígena na política partidária não é recente, mas também não é muito frequente. A eleição de Mario Juruna em 1982 talvez seja o evento mais famoso até hoje. Deputado federal pelo PDT do estado do Rio de Janeiro, Juruna ficou conhecido por andar em Brasília com um gravador para registrar as promessas políticas a respeito das reivindicações indígenas. Foi durante esse período, no início dos anos oitenta, que associações e organizações indígenas começaram a se consolidar como espaço de lutas por direitos específicos. Junto a este movimento foi possível observar a crescente apresentação de candidaturas indígenas nos processos eleitorais motivada, principalmente, por conflitos de interesses entre elites locais (formadas por agricultores, criadores de gado e extrativistas) e povos indígenas que vinham se arrastando desde a década de 1960 (Smiljanic et al. 2009, p.285).

As organizações e associações indígenas passaram por um momento de expansão desde que foi possível se constituírem enquanto pessoas jurídicas de acordo com o Artigo 232 da Constituição Federal de 1988, dando corpo ao que se convencionou chamar de o “movimento indígena”. Essas associações são hoje muito diferentes do seu desenho original, podendo representar tanto comunidades ou grupos locais, quanto diversos povos ou mesmo regiões inteiras. A maioria delas está registrada legalmente ou se encontra em processo de legalização, desempenhando, de forma geral, funções políticas de articulação interna e de representação interétnica (Albert 2000, p.197). É importante frisar que, apesar da ideia difundida da existência de um grande e único “movimento indígena” passar a noção de homogeneidade, ele contempla diferentes posições políticas e pontos de vista conflitantes entre uma ou mais associações, ou entre grupos de associações.

Em decorrência do TSE não realizar o registro das candidaturas utilizando o critério de “cor/raça” até 2014, há uma série de dificuldades no sentido de mapear retroativamente o desempenho dos candidatos indígenas nas eleições. O que se sabe até agora, de acordo com o levantamento realizado pelo Grupo de Estudos de Política Indígena e Indigenismo da UFPR, é que, em 2008, aproximadamente 350 indígenas concorreram aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador no Brasil. Destes, 67 foram eleitos em 15 estados diferentes: seis prefeitos (dois no estado do Amazonas, dois em Roraima, um em Paraíba e um em Minas

Gerais), cinco vice-prefeitos (um no Acre, um no Amazonas, um no Pará e um em Roraima) e 67 vereadores (com destaque para o estado do Amazonas com onze vereadores, Minas Gerais com oito e Paraíba com sete). Esse levantamento apontou também a presença de indígenas em partidos com diferentes orientações ideológicas, tendência essa que nossos dados confirmarão<sup>9</sup>.

### 3. Os indígenas e a dinâmica político-eleitoral em 2014

Luiz de Jesus Fidelis (ou Fidelis Baniwa) fez a opção de utilizar um nome de urna que correspondesse ao grupo indígena ao qual pertence, Baniwa<sup>10</sup>, como parte dos candidatos autodeclarados indígenas. Olhando para a lista de candidaturas, é possível perceber que essa opção não foi majoritária. Entre os 73 candidatos, apenas 22 sugeriram alguma identificação indígena no nome de urna. Destes 22, 18 utilizaram a etnia logo após o nome. Os outros seis optaram por outros tipos de identificação. Este foi o caso de *Tânia a Índia* (PDT), *Dr. Nonato Guardião da Amazônia* (PT do B), candidatos pelo estado do Pará; *Índia Guerreira* (PTB), candidata pelo Rio de Janeiro; *Índio do PSOL* (PSOL), da Bahia; e *Cacique Ladio Veron* (PSOL), candidato pelo Mato Grosso do Sul.

As informações divulgadas pelo TSE não dizem muito sobre os concorrentes além de algumas características sociais padrão (sexo, idade, situação conjugal, ocupação, cor de pele, cidade e estado de origem, nacionalidade), partido ao qual está filiado e coligação pela qual concorre. Ainda assim, são úteis para a verificação aqui proposta, já que descrevem todo o universo de candidatos e eleitos.

#### 3.1. A escolha do cargo a ser disputado

Como todas as demais etnias, a maior parte das candidaturas indígenas – 65,8% – concorreu em 2014 ao cargo de deputado estadual. Para deputado federal foram registradas 19 candidaturas (26%); para os cargos de deputado distrital e senador, duas (2,7%); e para vice-governador e segundo suplente foi registrada apenas uma candidatura para cada posição

---

<sup>9</sup> Em 2008 o PT elegeu 26 indígenas; o PMDB 12; o PSDB e o PR seis; o PV cinco; o PPS quatro; o DEM e o PC do B três; o PDT, PP, PRB elegeram 2 candidatos cada; e o PHS, PMN, PRP, PSC, PSDC, PSL e PTB elegeram um candidato. Ver (Smiljanic et al. 2009). Para identificar candidatos indígenas em cada estado, foram consultados antropólogos que indicaram, com base na sua experiência no terreno e conhecimento dos grupos das suas respectivas regiões, quem poderia ser classificado assim.

<sup>10</sup> O Grupo Baniwa vive na fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela. Estima-se que na região do rio Amazonas vivam 6.243 indígenas desta etnia.



(1,4%)<sup>11</sup>. Eleições majoritárias (governador, senador) são excessivamente caras e demandam muito capital político, coligações partidárias extensas e candidaturas muito estruturadas. Por sua vez, nas eleições para o cargo de deputado federal há poucas cadeiras em disputa (apenas 513) e é preciso conseguir uma boa votação no distrito eleitoral (que corresponde ao estado todo). As vagas para deputado estadual são, assim, menos difíceis de alcançar nesse contexto. Além disso, há uma dimensão regional importante na construção das lideranças indígenas como figuras públicas.

De forma geral, o início das suas carreiras políticas tende a ser em posições locais de representação, sendo suas primeiras incursões em instituições como associações de cada povo. Daí, ascendem a associações que congregam mais de um grupo indígena da mesma região, como, por exemplo, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, e assim por diante. À medida que vão adquirindo a capacidade de transitar com desenvoltura pela esfera política e formar alianças entre indígenas e brancos, sem que isso retorne necessariamente como mais legitimidade ou força política junto ao grupo de origem, esses indígenas passam a ser aceitos como lideranças, tanto pelos brancos quanto por outros grupos indígenas. Na sequência, a tendência é que passem a preencher postos junto às secretarias municipais ou a instâncias de representação indígena, como a Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, a Fundação Nacional do Índio, ou junto a Secretarias de Assuntos Indígenas das Prefeituras de suas regiões de origem.

Dois estados brasileiros apresentaram iniciativas pioneiras nesse sentido. O Acre (em 2002) e a Amazônia (em 2009) criam secretarias estaduais voltadas aos povos indígenas a partir da mobilização política das organizações de suas regiões. Em ambos os casos, houve a nomeação de secretários de estado indígena ocorrida a partir da negociação de nomes entre o movimento indígena e o governo do estado. Lobato (2013) estudou o caso da Secretaria Estadual Para os Povos Indígenas do estado do Amazonas (SEIND) que possuía, além do secretário, a maioria de seus cargos destinados a servidores indígenas. Com poucas exceções, os servidores tinham suas trajetórias políticas traçadas em consonância com o movimento indígena. A partir do acompanhamento diário na Secretaria, a autora constatou um modo específico de funcionamento da administração pública a partir dos servidores indígenas e suas experiências de articulação política em organizações não governamentais. De acordo

---

<sup>11</sup> Ver no Anexo 1, “Estatística descritiva dos candidatos às eleições de 2014 no Brasil: variáveis políticas”, os dados da Tabela A-1.1 para uma comparação com o universo total de candidatos.

com Lobato (2013) a experiência anterior dos servidores e a permanente articulação com suas organizações de origem eram os fatores que produziam a especificidade da Secretaria (enquanto secretaria indígena) e garantia a efetividade de suas ações.

O caráter generalizante das políticas públicas que atinge todos os grupos indígenas de uma mesma região da mesma forma, o que faz com que essas lideranças participem de incontáveis reuniões de modo a discutir os problemas comuns. São nessas reuniões que os representantes de cada etnia acabam por identificar os indígenas com maior perfil e capacidade de liderança, alguém que abrigue, ouça, atente e atenda a diversidade de etnias daquele local. A candidatura a deputado estadual, nesse caso, contaria (ao menos teoricamente) com o apoio dos indígenas de sua região – coisa que, na prática, quase nunca acontece, dada a própria disputa entre indivíduos e grupos. Contudo, a articulação política de diferentes etnias varia regionalmente e, quando bem-sucedida, pode vir a favorecer alguma candidatura, aumentando seu desempenho eleitoral. A candidatura de Mecias Sateré (da etnia Sateré-Mawé) no ano de 2004 e sua eleição para a prefeitura do município amazonense de Barreirinha em 2008 e 2012 são ilustrativas dessa questão. Segundo Alvarez (2009) a candidatura de Mecias<sup>12</sup> teve como principal bandeira política não apenas a união dos povos indígenas do município (que além dos Sateré-Mawé é habitado por Hexkarianas), mas também a coligação com os povos ribeirinhos e caboclos, configurando uma representação dos povos tradicionais contra os “políticos tradicionais”. Mecias Sateré, nas eleições de 2014, lançou a candidatura de seu filho, Mecias Junior, para Deputado Estadual. Apesar de Mecias Junior ter sido o candidato mais votado na região, contabilizando 11.050 votos, não conseguiu se eleger.

### *3.2. Concentração por regiões*

Houve, em 2014, uma concentração de candidaturas indígenas nas regiões Norte e Nordeste com respectivamente 35,6% e 23,3% dos candidatos<sup>13</sup>. Somadas, ambas as regiões abrigaram quase 60% dos concorrentes. É preciso enfatizar que, se os dados para a região Norte eram os esperados, a região Nordeste possui uma peculiaridade: lá os diversos grupos indígenas vêm tendo um significativo aumento demográfico. De acordo com os dados do Censo do IBGE no ano de 1991, 55.853 indivíduos se identificaram como indígenas; no

---

<sup>12</sup> Mecias foi fortemente apoiado pelo Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

<sup>13</sup> Ver a Tabela A-1.2 no Anexo 1.

Censo de 2000 esse número aumentou 205,1%, registrando 170.389 indivíduos e um crescimento anual de 13%; já no Censo de 2010, a população indígena da região chegou a 208.691 indivíduos, apresentando um aumento de 22,5% em relação ao censo anterior, e crescimento anual de 2%.

Esse processo de “etnogênese” (Sampaio 2011; Carvalho & Carvalho 2011) vem tomando corpo desde meados dos anos 1970. No caso da região Norte do Brasil, o fato de haver muitas ONGs devotadas à causa indígena contribui decisivamente para a formação dos indígenas não apenas como sujeitos de direito, mas, também, para atuarem como políticos (no sentido não indígena da palavra). A região Sul mostrou possuir a menor taxa de candidatos indígenas, 5,5%, mas ainda assim maior do que a taxa de candidatos declarados pardos, apenas 2,3%.

O que a Tabela A-1.2 (ver Anexo 1) mostra é que há uma forte distribuição entre as etnias por região do Brasil. Os cálculos baseados em resíduos padronizados ajustados dão uma ideia muito melhor desse fato do que percentuais. Se os resíduos padronizados ajustados se situam no intervalo entre -1,96 a 1,96 isso significa que a contagem observada naquela célula da tabela é semelhante à contagem esperada ou semelhante à média. Portanto, “não há nada de novo a relatar”, isto é, não há nada de especial acontecendo. Quando esses resíduos estão abaixo de -1,96, a célula “tem um comportamento significativamente inferior ao esperado. [...] Quando estes resíduos se situam [...] acima de 1,96 significa que essa célula tem um comportamento significativamente superior ao esperado, ou superior à média” (Pestana & Gageiro 2008, p.133). Assim, quanto maiores os resíduos, maior a associação (negativa ou positiva) entre as variáveis.

Os resíduos padronizados ajustados muito acima do limite crítico na Tabela A-1.2 revelam que houve em 2014 uma concentração importante de casos nas regiões geográficas.

Conforme nossos dados, os candidatos brancos não estão no Norte do país (resíduos de -31,6), mas se concentram no Sul (+35,3). Pardos não estão no Sul (-31,8) e no Sudeste (-21,2), mas no Norte (+34) e no Nordeste (+17,3). Pretos estão no Sudeste (+4,5) e no Nordeste (3,9), mas não no Sul (-7,1).

### *3.3. Partidos e ideologias políticas*

Como as 73 candidaturas indígenas estão distribuídas, ainda que de maneira desigual, em 23 diferentes partidos políticos<sup>14</sup>, as escolhas das siglas, *à primeira vista*, são mais contingentes do que propriamente ideológicas e obedecem, supomos, aos contextos políticos particulares em que cada um está envolvido e/ou às articulações indígenas locais.

É preciso considerar aqui uma pluralidade de fatores cambiantes para determinar as agremiações pelas quais candidatos concorrem no Brasil: as possibilidades práticas de filiação a uma agremiação e não a outra (até mesmo pela falta de sedes políticas nas cidades), a relação dos indígenas com o governo local, que pode incentivar ou não a participação nas eleições, a estratégia eleitoral dos partidos e seu território de caça de simpatizantes, filiados, militantes e candidatos, etc. Nesse sentido, supor que as opções pelos partidos são guiadas somente por preferências ideológicas seria desconsiderar todo o contexto sócio-político em que os grupos indígenas (e os partidos) estão imersos. As filiações de indígenas podem ser orientadas pela mera oportunidade e mesmo por favores pessoais ou por concessões ao seu grupo de origem.

A filiação do único candidato eleito, **Nunes**<sup>15</sup> de 53 anos, ao Partido dos Trabalhadores ocorreu em 1989. De acordo com o deputado, “vou morrer no PT. Com convicção!”. Este é seu primeiro e único partido até aqui. Nunes afirma, como a maioria dos políticos, que a sua candidatura foi “natural”, uma vez que sua ampla trajetória pelo movimento sindical o colocava como representante da classe trabalhadora perante os próprios sindicatos do estado, que o teriam para concorrer às eleições. Nas sessões seguintes o candidato será apresentado com mais detalhes.

Outro candidato a deputado estadual, **Fidelis Baniwa**<sup>16</sup>, que concorreu pela primeira vez aos cargos públicos pelo PC do B do Amazonas em 2014, afirma que sua opção partidária se deu por uma razão ideológica. Como estudante do curso de História em Manaus, Fidelis, com 30 anos, passou a conhecer a história da ditadura brasileira, e então decidiu filiar-se ao PC do B no ano de 2005. Segundo Fidelis, sua atuação política, no entanto, está muito mais concentrada nas organizações do movimento indígena do que na política partidária. A campanha de Fidelis foi marcada pela combinação da falta de recursos por parte do partido e dificuldade de deslocamento pelos municípios e comunidades indígenas do Amazonas.

---

<sup>14</sup> Ver a Tabela A-1.3 no Anexo 1.

<sup>15</sup> Entrevistado via telefone, no dia 28/09/2015.

<sup>16</sup> Entrevistado via telefone, no dia 05/11/2014.

Um caso particular é o de **Mecias Junior**, o candidato a deputado estadual pelo município de Barreirinha (AM). Mecias Sateré, pai de Mecias Junior, atualmente é prefeito do município pelo segundo mandato consecutivo, participou ativamente da campanha do filho. Com ele dividiu os palanques e carros de som, fazendo inúmeras viagens às terras indígenas da região. No entanto, pai e filho pertencem a partidos diferentes: enquanto Mecias Junior foi recém filiado ao PP quando se lançou como candidato, Mecias Sateré atualmente é prefeito pelo PSD. É interessante notar que durante a sua primeira eleição em 2008, Mecias Sateré era filiado ao PMN, integrando a coligação “A Força do Povo” juntamente com os partidos PRP, PV e PSDC. Em 2012, no entanto, Mecias foi eleito prefeito pelo PSD, parte da coligação “A Vontade e a Força do Povo”, juntamente com os partidos PP, PT, PSL, PSC, PPS, PV, PRP, PSD e PC do B. Nesse sentido, a semelhança no nome das coligações, e a heterogeneidade dos partidos que as compuseram em 2008 e 2012, parece indicar certa continuidade de indivíduos políticos, mas não necessariamente de partidos.

De toda forma, quando se dividem os partidos em três grandes blocos ideológicos (centro, direita e esquerda), em que pesem todas as imprecisões aí implicadas, há um padrão bem reconhecível nas candidaturas<sup>17</sup>. Isso se deve à combinação complexa entre a disposição das legendas promoverem minorias<sup>18</sup>, o cálculo de viabilidade eleitoral dos concorrentes e a necessidade pura e simples de lançar uma lista grande para aumentar os votos na legenda.

Tabela 1. Candidatos por ideologia conforme a cor da pele nas eleições gerais de 2014 (números absolutos, percentuais e resíduos padronizados ajustados)

	Cor					Total	
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta		
	N	16	2.323	7	997	225	3568
Centro	%	15,7%	19,1%	9,5%	13,2%	11,4%	16,3%
	RA	-,2	12,4	-1,6	-9,0	-6,3	

<sup>17</sup> Os partidos foram classificados em três grandes famílias ideológicas seguindo a indexação mais frequente na Ciência Política brasileira. Para uma divisão menos englobante e que separa os partidos em sete categorias combinando ideologia e tamanho, ver o Anexo 1, Tabela A-1.4. Na classificação que seguimos os partidos estão distribuídos assim: Esquerda: PC do B, PCB, PCO, PDT, PMN, PPL, PROS, PSB, PSOL, PSTU, PT; Direita: DEM, PEN, PHS, PP, PR, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PT do B, PTB, PTC, PTN, SD; Centro: PMDB, PPS, PSDB, PV.

<sup>18</sup> O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) foi o partido que nas eleições gerais de 2014 lançou a maior proporção de candidatas mulheres e candidatos autodeclarados pretos. Ver (Dantas & Roeder 2015).

Direita	N	46	6.316	19	4.121	881	11383
	%	45,1%	52,0%	26%	54,7%	44,6%	52,1%
	RA	-1,4	-,5	-4,5	5,6	-7,1	
Esquerda	N	40	3.516	47	2.413	871	6887
	%	39,2%	28,9%	64,4%	32,0%	44,1%	31,5%
	RA	1,7	-9,3	6,0	1,2	12,6	
Total	N	102	12.155	73	7.531	1.977	21838
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Coefficiente de contingência 0,122 | Sig. Aprox. 0,000 | N de Casos Válidos 21.838

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

A grande maioria dos indígenas está distribuída pelos partidos de esquerda, somando aí quase 65% do total dos seus candidatos (contra 26% na direita e 9,5% no centro). Os valores dos resíduos padronizados ajustados dão uma ideia mais clara ainda dessa concentração: -4,5 registrados nas siglas da direita e +6 nas siglas da esquerda.

Pensando a partir dos cálculos racionais que todos os candidatos fazem para aumentar seus desempenhos individuais, é possível cogitar que o grande número de competidores pelo PT (17,8%) e pelo PC do B (16,4%) sugere, antes, uma aposta de que o vínculo com as siglas que comandavam o governo federal garantiria mais chances de vitória, do que a existência de uma grande afinidade política desse grupo de candidatos com programas de esquerda. Isso, contudo, não explicaria que dos 73 competidores indígenas, 13,7% se inscreveram pelo PSOL, os 6,8% pelo PSTU e os 5,5% do Partido Pátria Livre (PPL)<sup>19</sup>. Quando fazemos uma divisão mais detalhada entre os partidos, levando em conta ideologia, tamanho e organizações sem ideologia clara (os “fisiológicos”), o que vemos é a concentração dos indígenas nos *pequenos partidos de esquerda*. A Tabela A-1.4 exhibe resíduos padronizados ajustados positivos de 6,3 nessas agremiações (significativos, portanto).

Exceção às candidaturas pelas siglas da esquerda são os 6,8% de inscritos pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), um pequeno partido fisiológico. Nesse último caso, pesquisas com os próprios concorrentes a deputado estadual do PHS teriam de ser feitas para entender sua opção partidária: Iranan de Tejucupapo (PE), Jacobo Almeida (PI), Napoles Menezes (RJ), Joao Cruz da Antena (SP) e Paulo Leite (AL).

#### 4. O perfil sociográfico dos candidatos indígenas em 2014

<sup>19</sup> Ver a Tabela A-1.3 no Anexo 1.

Uma primeira aproximação dos dados mostra que há a preponderância de candidatos indígenas homens (66%) em relação a mulheres (34%). Esse dado não é surpreendente se levarmos em conta a estatística para os outros grupos étnicos que disputaram as eleições em 2014: mais de 2/3 de homens e menos de 2/3 das mulheres foi a regra, apesar da disposição legal<sup>20</sup>. Entretanto, aqui também há associação significativa entre as variáveis, como mostra a Tabela A-2.1 do Anexo 2. Brancos e homens, resíduos de +3,9 e mulheres negras, resíduos de +3,7.

Haver, no geral, mais candidatos homens do que mulheres parece consonante com os modos de vida de várias comunidades indígenas. Embora essa situação venha se alterando nos últimos anos, em grande parte dessas sociedades, os assuntos externos, principalmente aquilo que diz respeito ao mundo dos não indígenas, fica a cargo dos homens. Além disso, em muitas dessas sociedades, os homens têm o direito de controlar os movimentos das mulheres. Assim, pais, irmãos, noivos ou maridos muitas vezes decidem o destino (casamento, moradia, instrução etc.) das mulheres.

Mulheres indígenas tem tido sua iniciação na vida política bem mais recentemente do que os homens e, muitas, através de organizações de mulheres espalhadas por todo o Norte desde a década de 1990, como a Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié e a Organização das mulheres indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso. O que chama a atenção (ver a Tabela A-2.3 do Anexo 2) é que, se em quase todas as regiões a distribuição fica próxima a 70% candidatos e 30% candidatas, no Centro-Oeste os valores estão muito mais equilibrados 47% de mulheres contra 53% de homens<sup>21</sup>.

A Tabela 2 agrupa dados referentes ao perfil dos candidatos indígenas e não indígenas levando em conta nível de educação formal, situação conjugal e média de idade na data da eleição distribuído por sexo.

Tabela 2. Perfil social dos candidatos indígenas nas eleições de 2014 por sexo

	Indígena
--	----------

<sup>20</sup> Dados do TSE calculados por nós: amarela: 26,5% (mulheres) e 73,5% (homens); branca: 27,8% (mulheres) e 72,2% (homens); parda: 29,7% (mulheres) e 70,3% (homens); e preta: 32,4% (mulheres) e 67,6% (homens). Ver o Anexo 2, “Estatística descritiva dos candidatos às eleições de 2014 no Brasil: variáveis sociais por sexo”, Tabela A-2.1

<sup>21</sup> Ainda conforme a Tabela A-2.3, no Sul são 75% de candidatas indígenas contra 25% de candidatos. Mas o N muito baixo (apenas quatro casos) impede quaisquer conclusões.

		Não		Sim	
		%	Média	%	Média
Sexo	Feminino	Escolaridade	Curso superior*	52,6%	52,0%
			Sem curso superior	47,4%	48,0%
	Situação conjugal	Casado	41,0%	32,0%	
		Outras situações	59,0%	68,0%	
	Idade data da eleição		45,4	42,8	
Masculino	Escolaridade	Curso superior*	58,4%	56,3%	
			Sem curso superior	41,6%	43,8%
	Situação conjugal	Casado	62,5%	52,1%	
		Outras situações	37,5%	47,9%	
	Idade data da eleição		47,6	43,5	

\* Curso superior completo e incompleto.

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir do TSE

Sobre a situação conjugal, o número de não casados *entre as mulheres* merece destaque: no sexo feminino, as não casadas representam 68% do total, taxa que, todavia, não é muito diferente das demais etnias: 66,7% para amarelos, 67,2% para pretos, 60,2% para pardos, mas está mais de onze pontos percentuais acima dos 56,6% para brancos<sup>22</sup>. Entre o sexo masculino, 52% dos indígenas que se candidataram em 2014 são casados. É a taxa mais baixa entre todas as outras etnias<sup>23</sup>.

Considerando tais dados em relação à média de idade entre os ocorrentes indígenas de ambos os sexos – 43 anos para as mulheres, e quase 44 para os homens<sup>24</sup> – devemos ponderar que o registro oficial da candidatura exige a certificação formal da situação conjugal (certidões de casamento, de união estável, etc.). Assim, ainda que estejam em relações de casamento ou de união estável de fato, os candidatos declaram-se não casados, pois têm de se ater ao aspecto formal dos registros. De toda maneira, esse é um aspecto que mereceria uma exploração mais detida dos dados. A histórica presença de instituições religiosas em aldeias indígenas, bem como a grande circulação de indígenas pelos centros

<sup>22</sup> A categoria de “não casados” compreende aqui todas as outras situações possíveis: divorciado (a), separado (a) judicialmente, solteiro (a) e viúvo (a). Dados baseados em autodeclaração.

<sup>23</sup> Dados do TSE calculados por nós: amarela: 54,7% de casados; preta: 56,8%; parda: 60,6%; e branca: 64,6%. Dados completos podem ser vistos no Anexo 2, Tabela A-2.5.

<sup>24</sup> As médias de idade para os grupos de homens e mulheres por cor da pele podem ser vistas no Anexo 2, Tabela A-2.2. Indígenas de ambos os sexos estão próximos às médias das demais etnias, ainda que sejam mais jovens: para o sexo feminino, a idade médias das candidatas é de 45 anos; para o sexo masculino, 48 anos, como mostra a Tabela 2.



urbanos que, potencialmente, poderiam ser elementos de incentivo para o casamento religioso, não se confirma nos dados divulgados pelo TSE.

Em relação à escolaridade dos candidatos, indígenas com curso superior completo ou incompleto representam 52% do total entre as mulheres e 56% entre os homens. Assim, mais da metade dos candidatos indígenas já frequentou ou está frequentando universidades. Essas taxas são as segundas nos grupos por cor e sexo entre os candidatos em 2014, só ficando atrás dos brancos com 59% para as mulheres e 65,4% para os homens<sup>25</sup>.

A crescente necessidade de fortalecimento dessas comunidades para o diálogo com o Estado tem impulsionado os indígenas a procurar Educação Superior, tanto para a formação de professores indígenas para atuar nas escolas das aldeias – uma vez que a Constituição de 1988 lhes garantiu o direito a uma educação específica, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária (que deu os contornos da atual Educação Escolar Indígena) –, quanto para busca de conhecimentos que possam ser revertidos nas lutas e reivindicações junto ao Estado e na elaboração de políticas públicas para suas comunidades. Esses sujeitos, por terem um maior conhecimento dos trâmites da sociedade envolvente e serem capazes de se expressar em português com mais clareza, ascendem a lugares de destaque em seus grupos de origem, conformando o que se costuma chamar de “novas lideranças”, passando também a ter significativo protagonismo político, primeiro nas esferas locais e, depois, nas nacionais.

#### 4.1. *Os professores*

Entre esses 73 candidatos, nove deles se identificaram como “professores” e um como professor e indígena: Professor Sansão Tikuna (PT), candidato a Deputado Estadual (AM). Ainda que a vinculação dos nomes dos candidatos com as suas respectivas profissões (professores, delegados, médicos, etc.) seja bastante frequente no Brasil, essa questão, no caso indígena, pode assumir um contorno específico.

Além, disso, ser professor é, para esses grupos, símbolo de prestígio. Por isso, colocar “Professor fulano de tal” é similar a colocar antes do nome o título de Doutor. Não apenas certifica conhecimento, mas assevera o *status* diferenciado na economia interna do grupo.

---

<sup>25</sup> Quando somamos superior completo e superior incompleto e separamos os dados por cor/sexo, os totais são os seguintes Mulheres: brancas 59%; indígenas 52%; amarelas 51,8%; pretas 49,9%; e pardas 43,80%. Homens: brancos 65,4%; indígenas 57,1%; amarelos 56%; pardos 49,4%; e pretos 48,2%. Para os dados desagregados ver o Anexo 2, Tabela A-2.6.

Carreiras de professor acabam por propiciar atuação política em associações e organizações indígenas. Ocupar a posição de professor significa, na maior parte das vezes, dispor de prestígio dentro do grupo, bem como de capacidade de influência nas decisões da comunidade e representação fora dela. Vale ressaltar que os professores conformaram o segundo maior grupo profissional entre os candidatos indígenas, atrás apenas dos funcionários públicos<sup>26</sup>.

## 5. Perfis políticos

Mesmo tratando apenas da política eleitoral, não é possível ignorar as conexões com os poderes locais, as associações indígenas ou a política produzida no interior de repartições de Estado. Se fosse possível detalhar a trajetória dos candidatos nas eleições de 2014, veríamos como seus caminhos evidenciam a dificuldade de compreender a política eleitoral dissociada dos contextos sociais e institucionais em que as candidaturas são fabricadas. Nos itens seguintes nos deteremos no perfil do candidato vitorioso e de três candidatos que não foram eleitos em 2014 para ilustrar essas considerações. O primeiro deles, **Manoel Kaxinawá**, é um ótimo exemplo dos candidatos que iniciam suas carreiras através da atuação como professor em suas aldeias de origem, para depois dedicar-se às atividades das associações indígenas. O segundo caso é de **Fidelis Baniwa**, que tem forte atuação em organizações do movimento indígena e cuja projeção política está intrinsecamente vinculada a elas. O terceiro e último caso é de **Mecias Junior**, filho de Mecias Sateré já citado anteriormente. O seu caso foi selecionado porque exemplifica como o insucesso político dos indígenas nas eleições não pode ser diretamente atribuído à falta de experiência política.

### 5.1. Alguns dos competidores derrotados em 2014

A trajetória de **Manoel Kaxinawá**<sup>27</sup> (Manoel Gomes da Silva), candidato a deputado estadual no Acre pelo Partido Pátria Livre (PPL), um partido ligado ao extinto Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), foi traçada através de sua formação e atuação como professor da Educação Escolar Indígena. Manoel Kaxinawá nasceu em 1961 na Terra Indígena Igarapé do Caucho, localizada no município de Tarauacá, e atuou como professor

---

<sup>26</sup> Destaca-se a ambiguidade de tais categorias (também autodeclaradas): professores podem ser funcionários públicos, e vice-versa.

<sup>27</sup> Entrevistado via telefone em 10/11/2015.

bílingue em sua comunidade. No ano de 1991, seu sobrinho, que também era professor e cacique, assumiu a função para que o tio fosse a Rio Branco coordenar a União das Nações Indígenas (UNI), formalizada naquele mesmo ano. A UNI é uma organização indígena criada no início dos anos oitenta (uma das primeiras do Brasil), representando atualmente dezesseis povos indígenas do Acre e sul do Amazonas<sup>28</sup>.

Nos últimos dois anos, Manoel atuou como assessor do prefeito de seu município, Tarauacá – o que nos chama atenção para outro movimento, que é o da presença institucional indígena através da ocupação de cargos da administração pública. Tal como o exemplo de Manoel nos mostra, (ele se declarou como sendo servidor público municipal), isso se faz principalmente nas prefeituras municipais e câmaras de vereadores, evidenciando a participação cada vez mais forte dos indígenas em instâncias políticas locais. Manoel Kaxinawa conseguiu 1.890 votos, sendo o 69º candidato mais votado no estado.

Também integrante do movimento indígena, **Fidelis Baniwa** (Luiz de Jesus Fidelis) atua desde 2012 como coordenador da Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas, que tem como lema “Consolidar a força do movimento indígena no Estado do Amazonas”<sup>29</sup>. No Anexo 3 temos uma das imagens de divulgação da campanha de Fidelis. Nela, o candidato aparece com o rosto pintado com grafias indígenas, cabelo negro longo solto, e vestindo terno. Apesar de Fidelis identificar em sua campanha diversas vezes a vinculação com o movimento indígena (tal como no caso anterior), em entrevista<sup>30</sup> mencionou outra estratégia para conseguir votos dos “parentes”: buscou ir além do movimento e visitar as comunidades e os “parentes” não “organizados”, mas que acreditariam em uma unidade indígena.

A utilização do termo “parentes” tanto por ele quanto por outros candidatos é corrente entre os indígenas (todos se chamam assim) de forma a se colocarem como categoria em oposição aos não indígenas – criando, simultaneamente, uma unidade, e um discurso coletivo. Durante a entrevista, Fidelis fez referência aos municípios com prefeituras indígenas no estado do Amazonas remetendo, mais uma vez, esta ideia: “Em São Gabriel [da Cachoeira] elegemos [em 2012] o Pedro Garcia, em Barreirinha [em 2008], elegemos Mecias; existem vereadores indígenas no estado todo”.

---

<sup>28</sup> São eles: Apurinã, Ashaninka, Arara, Camadeni, Jamamadi (Deni), Jaminawá, Kanamari, Katuquina, Kaxarari, Kaxinawá, Kulina, Manchineri, Nukini, Poyanawa, Shanenawá, Yawanawá.

<sup>29</sup> Frase encontrada no próprio logotipo da organização.

<sup>30</sup> Entrevista realizada via telefone no dia 4 de novembro de 2014.

Essa modalidade de discurso aponta para o fato de que, a partir de uma perspectiva indígena da política, a produção de uma unidade (“nós elegemos...”) se sobressai às escolhas partidárias e grupos étnicos, uma vez que Mecias, Sateré Mawé, foi eleito pelo PMN<sup>31</sup>, Pedro Garcia, Tariano, pelo PT, e Fidelis Baniwa foi candidato em 2014 pelo PC do B. É também nesse sentido que Fidelis aponta para a necessidade de fortalecimento da representação indígena junto ao Estado, incentivando as comunidades a votarem em candidatos indígenas durante a campanha de 2014: “É importante votar em parente, pelo menos. Na campanha eu falava: bom, se não votar em mim vota em fulano de tal pelo menos. É um caminho...”. Fidelis obteve 1.112 votos, ocupando a 177ª colocação no estado do Amazonas.

A terceira imagem no Anexo 3 foi encontrada na página da campanha de **Mecias Júnior**, mencionado anteriormente, candidato a deputado estadual pelo direitista PP do Amazonas. Como na fala de Fidelis, a imagem dá ênfase ao voto nos candidatos indígenas, independente da etnia e do partido. Sua publicação na página pessoal do candidato veio acompanhada da seguinte frase: “Só com a união e força dos Povos chegaremos às conquistas, transformando anos de lutas por dias melhores, em realidade!”.

Mecias Junior, com apenas 25 anos, foi o candidato indígena mais votado nas últimas eleições: obteve 11.050 votos, ocupando a 45ª posição no estado do Amazonas e sendo também o deputado estadual mais votado no município de Barreirinha. Anteriormente já citado por nós e por Fidelis Baniwa, seu pai, Mecias Junior, fez presente durante a campanha sua grande força política. Além de ser o atual prefeito do município, já foi coordenador da COIAB, vereador por dois mandatos consecutivos, vice-prefeito e prefeito reeleito. Outras lideranças indígenas também marcaram fortemente a campanha de Mecias Junior, como por exemplo, Jecinaldo Sateré Mawé. Jecinaldo já esteve à frente da COIAB, foi o primeiro Secretário da Secretaria Estadual para os Povos Indígenas do estado do Amazonas (SEIND) e candidato a Deputado Estadual pelo PMN em 2010<sup>32</sup>.

A candidatura de Mecias é interessante, pois nos mostra que a pouca expressividade de indígenas eleitos para os cargos públicos, bem como sua pouca representatividade em instituições públicas, de forma alguma resulta da inexperiência política. O que observamos através das candidaturas aqui abordadas, não é apenas a demanda por direitos e políticas públicas, mas pela participação nos processos decisórios – o que é muito diferente.

---

<sup>31</sup> Coligação A Vontade do Povo I (PMN/PRP/PV/PSDC).

<sup>32</sup> Durante a campanha Jecinaldo teve o apoio do então e atual governador Omar Aziz, também integrante do PMN. No entanto, não foi eleito.

## 5.2. O único vitorioso

Jose Carlos Nunes da Silva Nunes, ou **Nunes**, foi eleito por quociente partidário deputado estadual pelo PT do Espírito Santo na coligação de PDT/PT. Declarou-se vendedor de comércio varejista, possui ensino médio completo, é casado e tem 53 anos. Nunes iniciou sua trajetória no movimento sindical aos 18 anos ao tornar-se comerciário. Em 1982 ajudou a eleger a diretoria do Sindicocmerciários/ES que tinha como proposta “lutar pelo direito dos trabalhadores” e romper com o perfil patronal da entidade até então. Em 1989 filiou-se ao PT, partido que compõe até hoje, e em 1991 decidiu seguir sua carreira como dirigente sindical, sendo eleito para presidir o Sindicato naquele ano. Em 1994 assumiu a vice-presidência do PT de Vila Velha, e a Secretaria de Imprensa da Central Única dos Trabalhadores. Em 2000, o deputado foi novamente eleito para presidir o sindicato (2000-2003) sendo posteriormente reconduzido duas vezes (2003-2004 e 2005-2006). Nunes também se tornou presidente da CUT em 2006-2009, sendo reeleito para os triênios de 2009-2012, e 2012-2015. Além da carreira como dirigente sindical, Nunes foi candidato a vereador em 2004 e em 2010 concorreu a deputado estadual, sempre através do Partido dos Trabalhadores. Sua primeira eleição, no entanto, foi em de 2014.

Em entrevista, Nunes afirmou que sua candidatura foi fruto da vontade do movimento sindical e de sua trajetória política percorrida através dele. De acordo com ele, o movimento sindical urbano e rural o apoiou na disputa conformando um “movimento de classes”, e a sua candidatura “foi sendo construída (...) [em função do movimento] entender que precisaria ter um representante dos trabalhadores dentro da assembleia legislativa”. A respeito da questão da representatividade dos trabalhadores e minorias nos cargos públicos, Nunes também se mostrou favorável à política de cotas raciais: “não tenho dúvida que esta é a alternativa que teríamos no nosso país de diminuir essa desigualdade. Eu sou completamente favorável a imposição dessas regras”. Durante a campanha, Nunes afirmou que viajou pelos 78 municípios do estado do Espírito Santo com o objetivo de visitar os sindicatos rurais e urbanos, justamente por sua candidatura “representar os interesses dos trabalhadores”. Além da forte conexão com o movimento sindical, a experiência de Nunes na CUT também contribuiu para que o deputado conseguisse articular-se com os movimentos sociais. Nesse sentido, buscou o movimento negro, de mulheres, da juventude, e também as comunidades indígenas e quilombolas. Em entrevista, lembrou ainda sua ativa atuação na demarcação de terras indígenas no estado.

Nunes atribui sua autodeclaração como indígena muito mais a uma característica própria do “povo autêntico brasileiro” do que a qualquer vinculação com etnia ou comunidade indígena específica. Apesar da autodeclaração, durante a entrevista Nunes se referiu aos povos indígenas sempre em terceira pessoa (“eu contribuí com a luta dos indígenas...”), enquanto em relação ao movimento sindical houve a identificação direta (“nossa candidatura...”).

O deputado afirmou: “eu percebo que tem muita gente que é negro, e fala que é branco. Tem muita gente que tem essa característica indígena, que fala que é mulato, é moreno... e não existe isso. Sempre me denominei como índio, até porque meu pai tem uma característica muito forte, minha bisavó foi índia mesmo. Esta característica minha está no DNA de todos nós, então eu não nego isso. Eu sou autêntico brasileiro!”.

### **Considerações finais**

Em ocasião de trabalho de campo para dissertação de mestrado em 19 de abril de 2012, dia do índio (Lobato 2013), tive a oportunidade de ver Fidelis Baniwa discursar em uma reunião onde estavam presentes membros de diferentes organizações para firmar um acordo de cooperação entre o governo do estado do Amazonas e a FUNAI para administrar políticas públicas voltadas aos indígenas. Com o tom de voz forte na mesa de abertura do evento Fidelis afirmou: “deixamos grande parte da luta feita através do arco e flecha para travarmos uma luta ao lado dos parentes via papel, essa mudança que vivemos hoje, o movimento que tem conquistado, é isso que quero registrar”. Marcos Apurinã, então coordenador da COIAB [Coordenação das Organizações e Associações Indígenas da Amazônia Brasileira] e participante desta mesma reunião, enfatizou a fala de Fidélis na sequência: “a arma não é mais a borduna e a flecha, mas sim o papel e caneta, é isso que temos que aprender da sociedade não indígena para que possamos abrir espaço para a gente. Para isso nós precisamos estudar e nos qualificar” (Lobato 2013, p.111-112).

Se é possível falar de certo protagonismo indígena, é fundamental se perguntar como isso está sendo construído. As dinâmicas políticas produzidas pelos indígenas, sempre inerentes aos cenários locais, acabam dar corpo a variadas formas e estratégias de organização, bem como diferentes maneiras de se fazer política. Por um lado, é fundamental atentar para a maneira pela qual os indígenas estão presentes nas estruturas formais de poder (nas leis, nas instituições públicas, nas organizações da sociedade civil, etc.), mas também, por outro lado, devemos ter particular atenção para o modo com que eles estão se

inscrevendo dentro dessas mesmas estruturas. A indiscutível atuação política indígena a partir de instituições que se localizam aparentemente fora da esfera eleitoral (como as associações e organizações, por exemplo), evidenciam que a ausência de um número significativo de candidatos não resulta de falta de experiência política. Suas trajetórias e contextos de origem mostram certo acúmulo de experiências em associações, organizações governamentais e instâncias políticas locais, o que torna possível concluirmos que a política indígena até então vem sendo traçada por outros caminhos que não a via eleitoral.

A tendência ao crescimento do número de indígenas candidatos a cargos políticos parece indicar que a política indigenista passa a ceder lugar a uma política indígena que não se contenta mais apenas com a participação na formulação das políticas indigenistas particulares, mas quer poder atuar, através de políticos indígenas, no contexto mais global, legislativo e ordenador, da política nacional.

## Referências

- Albert, B. 2000. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: Ricardo, Carlos Alberto (editor) *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*, São Paulo: Instituto Socioambiental, p.197-207.
- Alvarez, G.O. 2009. *Sateteria: Tradição e Política Sateré-Mawé*. Manaus. Editora Valer/CAPES/Prodoc.
- Araújo, C. & Alves, J.E.D., 2007. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados*, 50(3), pp.535–577.
- Araújo, C.M. de O. & Borges, D., 2013. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), pp.69–91.
- Bolognesi, B., Perissinotto, R. & Codato, A., 2016. Los partidos políticos, las mujeres y los negros en las elecciones generales de 2014 en Brasil. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, (forthcoming).
- Campos, L.A. & Machado, C., 2015. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (16), pp.121–151.
- Carneiro da Cunha, M., 1985. Definições de índios e comunidades indígenas nos textos legais. In S. C. dos Santos, ed. *Sociedades indígenas e o Direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Editora da UFSC/CNPq, pp. 31–37.
- Carvalho, M.R. & Carvalho, A.M. eds., 2011. *Índios e caboclos: a história recontada*, Salvador: EDUFBA.

- Casellas, J.P., 2010. *Latino Representation in State Houses and Congress*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Dantas, E.G. & Roeder, K.M., 2015. Partido, gênero e cor: a seleção de candidatos no PSTU nas eleições gerais de 2014. *Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR*, 2(4), pp.1–14.
- Dolan, K., 2014. Gender Stereotypes, Candidate Evaluations, and Voting for Women Candidates: What Really Matters? *Political Research Quarterly*, 67(1), pp.96–107.
- Fenno, R.F., 2003. *Going Home: Black Representatives and Their Constituents*, Chicago: University of Chicago Press.
- Gilio, D.M., Indian Country and Congress: Why Native Americans Can't Expect Fair Representation. *Students and Teachers Against Racism*, pp.1–40. Available at: <http://www.racismagainstindians.org/AcademicPapers/IndianAndCongress.htm> [Accessed September 30, 2015].
- Grose, C.R., 2011. *Congress in Black and White: Race and Representation in Washington and at Home*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Johnson III, O.A., 1998. Racial representation and Brazilian politics: Black members of the National Congress, 1983–1999. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 40(4), pp.97–118.
- Johnson III, O.A., 2000. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). *Estudos Afro-Asiáticos*, (38), pp.7–29.
- Lobato da Costa, T.K., 2013. *Indígenas e não indígenas na administração pública: uma etnografia da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) do Amazonas*. Curitiba - PR: Universidade Federal do Paraná - UFPR.
- Meneguello, R. et al., 2012. *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*, Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública; Universidade Estadual de Campinas.
- Minta, M.D., 2012. Gender, Race, Ethnicity, and Political Representation in the United States. *Politics & Gender*, 8(4), pp.541–547.
- Minta, M.D., 2009. Legislative Oversight and the Substantive Representation of Black and Latino Interests in Congress. *Legislative Studies Quarterly*, 34(2), pp.193–218.
- Oliveira, C.L.P., 1991. O negro e o poder: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. *Caderno CRH*, (4), pp.94–116.
- Pestana, M.H. & Gageiro, J.N., 2008. *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS 5th ed.*, Lisboa: Sílabo.
- Ramos, A.R., 1999. Projetos indigenistas no Brasil independente. *Série Antropologia*, (267).



- Sampaio, J.A.L., 2011. De caboclo a índio: etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no nordeste do Brasil; o caso Kapinawá. *Cadernos do LEME*, 3(2), pp.88–191.
- Smiljanic, M.I. et al., 2009. Da Aldeia à Câmara Municipal: candidatos indígenas nas eleições de 2008. In M. I. Smiljanic, J. B. Pimenta, & S. Grant, eds. *Faces da indianidade*. Curitiba: Nexo Design.
- Souza Lima, A.C., 2005. Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. In C. Lessa, ed. *Enciclopédia da brasilidade: autoestima em verde amarelo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial.
- Speck, B.W. & Sacchet, T., 2010. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In J. E. D. Alves, C. R. J. Pinto, & F. P. Jordão, eds. *As mulheres nas eleições 2010*. Rio de Janeiro; Brasília: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, pp. 167–206.
- Stubben, J.D., 2006. *Native Americans and Political Participation: A Reference Handbook*, ABC-CLIO.
- União de Negros Pela Igualdade - UNENGRO, 2011. *Balanço eleitoral do voto étnico negro e presença dos negros no parlamento*, Belo Horizonte - MG, Brasil.
- Whitby, K.J., 2000. *The Color of Representation: Congressional Behavior and Black Interests*, Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Wilkins, D.E. & Stark, H.K., 2011. *American Indian Politics and the American Political System*, Washington, DC: Rowman & Littlefield.

### Anexo 1. Estatística descritiva dos candidatos às eleições de 2014 no Brasil: variáveis políticas

Tabela A-1.1 Posições políticas disputadas pelos candidatos nas eleições gerais de 2014 por cor de pele (percentuais e resíduos padronizados ajustados)

		Cor					Total
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	
1º suplente senador	%	1,0%	0,8%	0,0%	0,7%	0,5%	0,7%
	RA	,3	1,2	-,7	-,3	-,1,5	
2º suplente senador	%	1,0%	0,7%	1,4%	0,7%	1,1%	0,7%
	RA	,3	-,5	,6	-,8	2,0	
Deputado distrital	%	0,0%	4,0%	2,7%	4,9%	4,9%	4,4%
	RA	-,2,2	-,3,0	-,7	2,9	1,2	
Deputado estadual	%	65,7%	63,1%	65,8%	68,9%	62,8%	65,1%
	RA	,1	-,6,9	,1	8,5	-,2,2	
Deputado federal	%	31,4%	28,5%	26,0%	23,3%	28,1%	26,7%
	RA	1,1	6,9	-,1	-,8,2	1,5	
Governador	%	1,0%	0,9%	0,0%	0,5%	0,7%	0,7%
	RA	,3	3,3	-,7	-,3,3	-,2	
Presidente	%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
	RA	-,2	2,4	-,2	-,2,4	,0	
Senador	%	0,0%	0,9%	2,7%	0,5%	0,7%	0,7%
	RA	-,9	3,5	2,0	-,3,5	-,5	
Vice-governador	%	0,0%	0,8%	1,4%	0,5%	1,1%	0,7%
	RA	-,9	1,7	,6	-,2,7	1,8	
Vice-presidente	%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
	RA	-,2	1,1	-,2	-,1,8	1,1	
Total	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

Tabela A-1.2 Candidatos por região do Brasil e cor de pele nas eleições gerais de 2014 (percentuais e resíduos padronizados ajustados)

		Cor					Total
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	
Brasil	%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%
	RA	-,3	2,5	-,3	-,3,0	,7	
Centro-oeste	%	7,8%	14,0%	20,5%	15,3%	13,4%	14,4%
	RA	-,1,9	-,1,9	1,5	2,9	-,1,4	
Nordeste	%	24,5%	17,0%	23,3%	28,3%	25,1%	21,7%
	RA	,7	-,19,0	,3	17,3	3,9	
Norte	%	18,6%	8,9%	35,6%	27,4%	13,7%	15,8%
	RA	,8	-,31,6	4,6	34,0	-,2,7	
Sudeste	%	49,0%	41,2%	15,1%	26,6%	40,7%	36,1%
	RA	2,7	17,7	-,3,7	-,21,2	4,5	
Sul	%	0,0%	18,8%	5,5%	2,3%	7,0%	11,9%
	RA	-,3,7	35,3	-,1,7	-,31,8	-,7,1	
Total	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

\* Candidatos a presidente

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

Tabela A-1.3 Candidatos indígenas e não indígenas por partido político classificados em três ideologias nas eleições gerais de 2014 (percentuais e resíduos padronizados ajustados)

Ideologia	Indígena		Total		
	Não	Sim			
Centro	PMDB	%	31,3%	14,3%	31,2%
		RA	1,0	-1,0	
	PPS	%	15,6%	28,6%	15,6%
		RA	-,9	,9	
	PSDB	%	27,2%	28,6%	27,2%
		RA	-,1	,1	
	PV	%	26,0%	28,6%	26,0%
		RA	-,2	,2	
	Total	%	100,0%	100,0%	100,0%
	Direita	DEM	%	4,7%	10,5%
RA			-1,2	1,2	
PEN		%	6,9%	5,3%	6,9%
		RA	,3	-,3	
PHS		%	7,0%	26,3%	7,1%
		RA	-3,3	3,3	
PP		%	6,0%	10,5%	6,0%
		RA	-,8	,8	
PR		%	6,1%	5,3%	6,1%
		RA	,1	-,1	
PRB	%	5,7%	5,3%	5,7%	
	RA	,1	-,1		
PRP	%	6,8%	5,3%	6,8%	
	RA	,3	-,3		
PRTB	%	5,3%	5,3%	5,3%	
	RA	,0	,0		
PSC	%	7,3%	10,5%	7,3%	
	RA	-,5	,5		
PSD	%	5,4%	0,0%	5,4%	
	RA	1,0	-1,0		
PSDC	%	5,4%	0,0%	5,4%	
	RA	1,0	-1,0		
PSL	%	6,0%	5,3%	6,0%	
	RA	,1	-,1		
PT do B	%	5,7%	5,3%	5,7%	
	RA	,1	-,1		
PTB	%	7,2%	5,3%	7,2%	
	RA	,3	-,3		
PTC	%	5,8%	0,0%	5,7%	
	RA	1,1	-1,1		
PTN	%	4,7%	0,0%	4,7%	
	RA	1,0	-1,0		
SD	%	4,1%	0,0%	4,1%	
	RA	,9	-,9		
Total	%	100,0%	100,0%	100,0%	
Esquerda	PC do B	%	10,9%	25,0%	11,0%

	RA	-3,1	3,1	
PCB	%	1,9%	0,0%	1,9%
	RA	1,0	-1,0	
PCO	%	0,5%	0,0%	0,5%
	RA	,5	-,5	
PDT	%	13,3%	4,2%	13,2%
	RA	1,9	-1,9	
PMN	%	7,0%	0,0%	6,9%
	RA	1,9	-1,9	
PPL	%	5,8%	8,3%	5,8%
	RA	-,8	,8	
PROS	%	5,8%	2,1%	5,8%
	RA	1,1	-1,1	
PSB	%	17,1%	0,0%	17,0%
	RA	3,1	-3,1	
PSOL	%	16,2%	20,8%	16,2%
	RA	-,9	,9	
PSTU	%	4,1%	10,4%	4,2%
	RA	-2,2	2,2	
PT	%	17,5%	29,2%	17,6%
	RA	-2,1	2,1	
Total	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

Tabela A-1.4 Candidatos por ideologia e tamanho de partidos políticos conforme a cor da pele nas eleições gerais de 2014 (percentuais e resíduos padronizados ajustados)

		Cor					Total
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	
Grande de centro	%	13,7%	16,7%	6,8%	10,3%	9,6%	13,8%
	RA	,0	13,8	-1,7	-10,8	-5,7	
Grande de direita	%	15,7%	23,6%	11,0%	19,0%	16,2%	21,3%
	RA	-1,4	9,6	-2,2	-6,0	-5,8	
Grande de esquerda	%	23,5%	15,3%	20,5%	13,8%	17,7%	15,1%
	RA	2,4	1,2	1,3	-3,8	3,4	
Pequeno de centro	%	2,0%	2,5%	2,7%	2,9%	1,8%	2,6%
	RA	-,4	-1,1	,1	2,5	-2,2	
Pequeno de direita	%	12,7%	16,7%	5,5%	21,0%	17,1%	18,2%
	RA	-1,4	-6,4	-2,8	8,0	-1,3	
Pequeno de esquerda	%	15,7%	13,6%	43,8%	18,2%	26,4%	16,5%
	RA	-,2	-12,8	6,3	5,1	12,4	
Pequeno fisiológico	%	16,7%	11,7%	9,6%	14,7%	11,3%	12,7%
	RA	1,2	-5,2	-,8	6,5	-2,0	
Total	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

Tabela A-1.3 Candidatos **vitoriosos** conforme a cor da pele nas eleições gerais de 2014 (percentuais e resíduos padronizados ajustados)

		Cor					Total
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	
1º suplente senador	%	25,0%	1,5%	0,0%	1,6%	0,0%	1,6%
	RA	3,8	-,2	-,1	,2	-,9	
2º suplente senador	%	0,0%	1,4%	0,0%	1,9%	1,9%	1,6%
	RA	-,3	-,6	-,1	,6	,2	
Deputado distrital	%	0,0%	1,3%	0,0%	1,6%	1,9%	1,4%
	RA	-,2	-,6	-,1	,5	,3	
Deputado estadual	%	50,0%	57,8%	100,0%	66,8%	52,8%	59,5%
	RA	-,4	-2,6	,8	3,2	-1,0	
Deputado federal	%	0,0%	31,2%	0,0%	22,2%	41,5%	29,5%
	RA	-1,3	2,7	-,6	-3,5	1,9	
Governador	%	25,0%	2,3%	0,0%	2,5%	0,0%	2,3%
	RA	3,0	-,1	-,2	,2	-1,1	
Presidente	%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
	RA	-,1	,8	,0	-,7	-,3	
Senador	%	0,0%	1,7%	0,0%	1,4%	0,0%	1,6%
	RA	-,3	,7	-,1	-,3	-,9	
Vice-governador	%	0,0%	2,5%	0,0%	1,9%	1,9%	2,4%
	RA	-,3	,7	-,2	-,6	-,2	
Vice-presidente	%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
	RA	-,1	,8	,0	-,7	-,3	
Total	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

## Anexo 2. Estatística descritiva dos candidatos às eleições de 2014 no Brasil: variáveis sociais por sexo

Tabela A-2.1 Distribuição dos candidatos por sexo nas eleições gerais de 2014 por cor de pele (percentuais e resíduos padronizados ajustados)

		Cor					Total	
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta		
Sexo	Feminino	%	26,5%	27,8%	34,2%	29,7%	32,4%	28,9%
		RA	-,5	-3,9	1,0	1,9	3,7	
	Masculino	%	73,5%	72,2%	65,8%	70,3%	67,6%	71,1%
		RA	,5	3,9	-1,0	-1,9	-3,7	
Total		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

Tabela A-2.2 Média de idade na data da eleição dos candidatos em 2014 por sexo e cor

Sexo									
Feminino					Masculino				
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
41,0	45,9	42,8	44,5	45,9	47,8	48,2	43,5	46,7	47,0

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

Tabela A-2.3 Distribuição dos candidatos em 2014 por cor e escolaridade segundo o sexo (percentuais e resíduos padronizados ajustados)

Sexo		Cor					Total		
		Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta			
Feminino	Escolaridade	Curso superior	%	51,9%	59,0%	52,0%	43,8%	49,9%	52,6%
		RA	-,1	10,9	-,1	-10,5	-1,5		
	Sem curso superior	%	48,1%	41,0%	48,0%	56,2%	50,1%	47,4%	
		RA	,1	-10,9	,1	10,5	1,5		
	Total		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Masculino	Escolaridade	Curso superior	%	56,0%	65,4%	56,3%	49,3%	48,2%
RA			-,4	20,2	-,3	-16,4	-7,9		
Sem curso superior		%	44,0%	34,6%	43,8%	50,7%	51,8%	41,7%	
		RA	,4	-20,2	,3	16,4	7,9		
Total		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

Tabela A-2.4 Distribuição dos candidatos por região, sexo e cor da pele nas eleições gerais de 2014 (números absolutos, percentuais e resíduos padronizados ajustados)

Região		Sexo		Cor					Total	
				Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta		
Centro-oeste	Sexo	Feminino	Contagem	2	473	7	355	85	922	
			%	25,0%	27,8%	46,7%	30,7%	32,2%	29,3%	
			RA	-,3	-2,0	1,5	1,3	1,1		
		Masculino	Contagem	6	1228	8	801	179	2222	
			%	75,0%	72,2%	53,3%	69,3%	67,8%	70,7%	
			RA	,3	2,0	-1,5	-1,3	-1,1		
	Total	Contagem	8	1701	15	1156	264	3144		
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
	Nordeste	Sexo	Feminino	Contagem	9	567	5	616	156	1353
				%	36,0%	27,5%	29,4%	28,9%	31,4%	28,6%
RA				,8	-1,4	,1	,4	1,5		
Masculino			Contagem	16	1495	12	1519	341	3383	
			%	64,0%	72,5%	70,6%	71,1%	68,6%	71,4%	
			RA	-,8	1,4	-,1	-,4	-1,5		
Total		Contagem	25	2062	17	2135	497	4736		
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
Norte		Sexo	Feminino	Contagem	6	317	7	603	87	1020
				%	31,6%	29,4%	26,9%	29,2%	32,1%	29,5%
	RA			,2	-,1	-,3	-,4	1,0		
	Masculino		Contagem	13	761	19	1460	184	2437	
			%	68,4%	70,6%	73,1%	70,8%	67,9%	70,5%	
			RA	-,2	,1	,3	,4	-1,0		
	Total	Contagem	19	1078	26	2063	271	3457		
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
	Sudeste	Sexo	Feminino	Contagem	10	1354	3	623	266	2256
				%	20,0%	27,0%	27,3%	31,1%	33,1%	28,6%
RA				-1,4	-4,2	-,1	2,8	2,9		
Masculino			Contagem	40	3656	8	1380	538	5622	
			%	80,0%	73,0%	72,7%	68,9%	66,9%	71,4%	
			RA	1,4	4,2	,1	-2,8	-2,9		
Total		Contagem	50	5010	11	2003	804	7878		
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
Sul		Sexo	Feminino	Contagem		664	3	36	44	747
				%		29,0%	75,0%	20,8%	31,9%	28,7%
	RA				1,0	2,0	-2,4	,8		
	Masculino		Contagem		1622	1	137	94	1854	
			%		71,0%	25,0%	79,2%	68,1%	71,3%	
			RA		-1,0	-2,0	2,4	-,8		
	Total	Contagem		2.286	4	173	138	2.601		
		%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

Tabela A-2.5 Distribuição dos candidatos por sexo, estado civil e cor da pele nas eleições gerais de 2014 (percentuais e resíduos padronizados ajustados)

			Cor					Total	
			Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta		
Feminino	Estado civil	Casado (a)	%	33,3%	43,4%	32,0%	39,8%	32,8%	40,9%
			RA	-8	4,2	-,9	-1,4	-4,4	
		Divorciado (a)	%	11,1%	14,4%	8,0%	9,7%	10,0%	12,2%
			RA	-,2	5,6	-,6	-4,6	-1,8	
		Separado (a) judicialmente	%	0,0%	2,2%	0,0%	1,4%	1,7%	1,9%
			RA	-,7	2,3	-,7	-2,0	-,3	
	Solteiro (a)	%	51,9%	36,2%	48,0%	44,7%	49,3%	40,7%	
		RA	1,2	-7,8	,7	4,9	4,7		
	Viúvo (a)	%	3,7%	3,8%	12,0%	4,4%	6,2%	4,3%	
		RA	-,2	-2,0	1,9	,3	2,6		
	Total		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Masculino	Estado civil	Casado (a)	%	54,7%	64,6%	52,1%	60,6%	56,8%
RA				-1,4	6,3	-1,5	-3,6	-4,5	
Divorciado (a)			%	6,7%	9,7%	4,2%	9,7%	9,7%	9,7%
			RA	-,9	,2	-1,3	,0	,1	
Separado (a) judicialmente			%	4,0%	2,0%	2,1%	1,3%	1,7%	1,8%
			RA	1,5	2,8	,2	-3,1	-,2	
Solteiro (a)		%	34,7%	22,7%	39,6%	27,9%	30,4%	25,3%	
		RA	1,9	-8,2	2,3	5,4	4,5		
Viúvo (a)		%	0,0%	0,9%	2,1%	0,6%	1,3%	0,8%	
		RA	-,8	,8	1,0	-2,2	2,2		
Total		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

Tabela A-2.6 Distribuição dos candidatos por sexo, grau de instrução e cor da pele nas eleições gerais de 2014 (percentuais e resíduos padronizados ajustados)

		Sexo		Cor					Total
				Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	
Feminino	Ensino fundamental completo	%	3,7%	5,4%	8,0%	8,2%	7,6%	6,6%	
		RA	-,6	-4,1	,3	3,6	1,1		
	Ensino fundamental incompleto	%	0,0%	2,5%	4,0%	3,5%	4,1%	3,0%	
		RA	-,9	-2,6	,3	1,7	1,7		
	Ensino médio completo	%	37,0%	29,2%	20,0%	38,6%	33,2%	33,0%	
		RA	,5	-6,8	-1,4	7,1	,2		
	Ensino médio incompleto	%	7,4%	2,7%	12,0%	4,2%	4,1%	3,4%	
		RA	1,1	-3,3	2,4	2,4	,9		
	Ensino superior completo	%	44,4%	48,6%	36,0%	34,8%	36,5%	42,4%	
		RA	,2	10,7	-,7	-9,1	-3,2		
	Ensino superior incompleto	%	7,4%	10,4%	16,0%	9,0%	13,4%	10,2%	
		RA	-,5	,5	1,0	-2,4	2,8		
	Le e escreve	%	0,0%	1,1%	4,0%	1,8%	1,1%	1,3%	
		RA	-,6	-1,9	1,2	2,3	-,6		
	Total		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Masculino	Ensino fundamental completo	%	8,0%	5,8%	0,0%	8,9%	10,5%	7,3%



	RA	,2	-7,9	-1,9	5,6	4,7	
Ensino fundamental incompleto	%	2,7%	2,6%	0,0%	4,2%	4,9%	3,3%
	RA	-,3	-5,8	-1,3	4,2	3,5	
Ensino médio completo	%	28,0%	23,1%	39,6%	33,6%	31,3%	27,4%
	RA	,1	-13,9	1,9	12,3	3,3	
Ensino médio incompleto	%	4,0%	2,4%	4,2%	3,0%	4,0%	2,8%
	RA	,6	-3,0	,6	1,3	2,9	
Ensino superior completo	%	46,7%	56,5%	45,8%	39,1%	38,2%	48,9%
	RA	-,4	21,5	-,4	-17,5	-8,2	
Ensino superior incompleto	%	9,3%	8,9%	10,4%	10,2%	10,0%	9,4%
	RA	,0	-2,6	,2	2,3	,7	
Le e escreve	%	1,3%	0,7%	0,0%	1,0%	1,0%	0,8%
	RA	,5	-2,2	-,6	1,7	1,0	
Total	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR), a partir de dados do TSE

### Anexo 3. Material da campanha eleitoral dos candidatos indígenas em 2014



Figura 1. Cartaz da campanha do candidato Manoel Kaxinawa, disponível em sua página pessoal.



Figura 2. Imagem de divulgação da campanha de Fidelis Baniwa, disponível em sua página pessoal



Figura 3. Imagem da campanha de Mecias Junior, divulgada na página pessoal do candidato no Facebook.



Figura 4. Imagem da campanha de Mecias Junior juntamente com as lideranças indígenas de Manaus, disponível em sua página no Facebook.